

Sintect/JFA está na luta contra a privatização

Como amplamente divulgado nas reuniões setoriais, o SINTECT/JFA está participando, juntamente com outros Sindicatos, na luta e na defesa contra a privatização da nossa Empresa. Nessa primeira etapa, percorremos os gabinetes de todos os deputados e senadores, entregando material que possa auxiliá-los numa formação de opinião, que diante da nossa ótica, é a mais correta. Contrapomos as fake news que o governo e a mídia golpista insistem em divulgar para a população, que os Correios dão prejuízo e que não resta outra saída a não ser a privatização. Privatização que vai na contramão de mais de 90% dos Correios no mundo. Voltaremos em março com todo o gás, com um trabalho mais agressivo junto a prefeitos, câmaras municipais e também intensificando no Congresso nosso trabalho. Fazemos o apelo também aos trabalhadores(as), que façam contato com a população, nos seus distritos, pedindo o apoio à não privatização da Empresa.



O presidente do Sintect/JFA, João Ricardo Guedes, esteve em Brasília em dezembro



Jurídico

por Sandro Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

Lutar contra a privatização é o maior desafio de 2020

O Escritório de Advocacia Tavares e Associados agradece a toda a família Ecetista pela oportunidade e confiança na condução dos processos. Sentimos enaltecidos em fazer parte do departamento jurídico da entidade sindical. Apesar de todos os desafios do ano de 2019, preocupações, transformações, principalmente, na política brasileira que altera e modifica as situações jurídicas de cada contrato de trabalho do Ecetista, não deixaremos de estar motivados em nosso desafio diário em modificar as prejudiciais alterações promovidas no plano de saúde dos dependentes, pais e mães, bem como todos os demais direitos de cada um dos trabalhadores.

O desafio para o próximo ano será demasiado, com o acurado cuidado quanto à privatização que ronda e assombra a empresa. Neste próximo ano, convocamos a todos os Ecetistas a abraçarem a causa quanto a não privatização da empresa; eis que com certeza precisaremos da motivação e união de todos e familiares, bem como convocar a sociedade brasileira quanto a importância da empresa se manter a serviço de todos os brasileiros. Sobre a privatização, todo o cuidado é pouco, levando-se em consideração a perda da estabilidade dos concursados públicos, fato este no qual não poderemos jamais abrir mão. Acaso o processo de privatização saia do papel, teremos que aderir a movimentos grevistas, convocando toda a sociedade brasileira a abraçar a nossa causa, enfileirando a demonstração cabal da importância da empresa. O SINTECT/JFA já está antecipando os fatos e realizando audiências públicas perante as Câmaras Municipais de toda a sua base territorial, demonstrando à classe política e à sociedade de cada cidade a importância da empresa na vida de todos.

Estou todas as sextas feiras, a partir das 17h, na sede do Sindicato em atendimento jurídico a todos os trabalhadores e familiares, para qualquer dúvida relativa ao trabalho e particulares. Compareça ao seu Sindicato, antes de tomar qualquer medida própria que a empresa lhe notifique. É importante frisar que em caso de notificação pela empresa para audiência administrativa faça presente o advogado do sindicato, a fim de evitar prejuízos ao trabalhador.

Agradeço a todos pela oportunidade de poder fazer parte desta família e desejo a todos uma feliz Natal e um ótimo ano novo.



20 de novembro - Dia de reflexão contra as desigualdades

O Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, foi instituído como um dia de reflexão sobre a importância do povo e da cultura africana no Brasil. É um momento no qual podemos tomar consciência do racismo que nos cerca. Embora seja imprescindível responsabilizar e penalizar atos individuais de prática de racismo, é necessário que se cobre do poder público, pois é ele que dá legitimidade para que o cidadão aja dessa forma, quando não desenvolveu políticas públicas, desde a abolição, para inserir o negro na sociedade. Muito embora, nos últimos anos, algumas políticas tenham sido desenvolvidas, tais como política de cotas para universidades e serviços públicos, política de integração da população negra, estamos longe de superar o abismo racial. As leis apenas nos conferiram liberdade jurídica, sem nunca nos integrarmos à economia.

A questão do negro no Brasil é um ciclo vicioso, excluído da sociedade, excluído da educação, excluído do mercado de trabalho,

consequentemente, vivendo à margem da sociedade. Neste ano de 2019, todos os racistas se sentiriam à vontade para se mostrarem. Uma "advogada" em Belo Horizonte-MG se sentiu confortável em expor todo seu ódio contra um taxista e uma policial negra. Embora tudo isso seja histórico, fica a impressão de que este ano tudo ficou mais aflorado. E quando o presidente da Fundação Palmares, um negro, minimiza o que foi a escravidão e seus reflexos na vida dos negros, que quer extinguir o dia da Consciência Negra, extinguir o movimento negro, que diz que a escravidão foi benéfica, não merece nos representar e não nos representa. Uma instituição que nasceu pra promover e preservar os valores sociais, culturais e econômicos, deixados como legado por um povo que construiu com suor e sangue este país. Portanto, que o dia 20 de novembro seja de luta, de conscientização e reflexão sobre desigualdades, mas para que todos entendam que SENZALA NUNCA MAIS, seja de qual tipo for.



MALA DIRETA
 POSTAL
 BÁSICA
 21.181.375/0001-75/DR/MG
 SINTECT/JFA
 CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO
 PODE SER ABERTO PELA ECT

Filiado a

Notícias

Sindicais

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios de Juiz de Fora e região Nº129 - Nov. e Dezembro de 2019 - sintectjfa.org.br

Vamos lutar contra a privatização!

Desde que o atual presidente assumiu, junto com seu ministro da economia, os trabalhadores das estatais não têm tido uma boa noite de sono, com constantes citações de várias empresas que estão sofrendo ameaças de privatização. Recentemente, o Banco do Brasil foi citado pelo PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), na tentativa de se privatizar a empresa ainda no ano que vem. Em Minas Gerais, a Cemig também vem sofrendo constantes ameaças do governador Zema, que segue a mesma linha do presidente de entregar tudo para a iniciativa privada. Cemig, Codemig e outras empresas importantes para o desenvolvimento do país e do estado estão sendo entregues para a iniciativa privada sem que a população saiba os reais prejuízos que ela vai sofrer. Voltando aos Correios, quase todas as entidades ligadas aos trabalhadores estão se mobilizando para tentar impedir essa privatização. Fentect, Findect, Adcap, Associação dos Aposentados, Sintect/JFA e demais sindicatos, todos estão unidos em atos e campanhas contra a privatização.

A diretoria do Sintect/JFA está procurando as câmaras municipais da região e fazendo a discussão com a população, mostrando a importância dos Correios para as cidades, principalmente, para os municípios menores.

No meio de todas essas campanhas, estamos

sentindo a falta dos principais interessados nos Correios público, que são os trabalhadores. A gente percebe que há um distanciamento dos trabalhadores com essas campanhas; poucos estão participando das audiências públicas, pouquíssimos nos devolveram os abaixo assinados preenchidos. É bom frisar que, se nós não nos dedicarmos a essa missão, não teremos

mais empresa para lutar. Não importa se você é "gestor ou peão", a privatização pega todos, tirando seus direitos e seu emprego.

Ou cada trabalhador ecetista e aposentado ecetista começa a fazer a sua parte agora, ou não adianta chorar depois. Ainda podemos vencer essa ameaça, mas se continuarmos nessa passividade, podemos dar adeus aos nossos empregos.



Medidas do governo Bolsonaro que prejudicaram trabalhadores:

- MP 905 – altera a legislação do trabalho;
- MP 873 – alteração da contribuição sindical;
- MP 871 – revisão dos benefícios do INSS;
- Liminar cautelar 1264 – alteração do custeio da Postal Saúde;
- Resolução 68 e Decreto 10.066 – qualificam os Correios no programa de parcerias de investimento da presidência (privatização);
- Emenda 3 – extingue auxílio doença do INSS.

Sindicato marca audiências públicas na região para alertar sobre a privatização dos Correios



Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Rio Novo/MG, no último 26 de novembro, com participação expressiva da população



Participação em tribuna livre, em Cataguases/MG, no último 4 de dezembro, alertando sobre a privatização

Editorial

Vivemos um 2019 de massacre ao trabalhador

Companheiros e companheiras, Mais um ano está às portas de terminar. Seria bom que fizéssemos uma reflexão profunda de tudo o que aconteceu no âmbito de nossas vidas, seja no campo privado, como também em nossa vida laborativa. Vamos nos ater em nossa vida laborativa, e fazer uma breve análise conjuntural de tudo o que vivenciamos este ano, com o atual governo. Sabemos que não foi um ano fácil para todos nós, trabalhadores e trabalhadoras. Vários ataques foram desferidos em cima da classe trabalhadora. A Reforma da Previdência, instituída por esse governo e sua equipe tendenciosa e maléfica, com o aval de um Congresso corrupto, claro que não podemos generalizar, fez com que o tão sonhado direito a uma aposentadoria ficasse mais distante para as futuras gerações como para milhões de trabalhadores (as), que já estão no mercado e terão que pagar um pedágio de tempo para alcançar a mesma. Não obstante tentou desferir também um golpe certo contra as representações dos trabalhadores através da MP 873. Esta MP dificultava qualquer contribuição oriunda dos trabalhadores para que pudessem fazer a luta sindical. Felizmente essa MP não foi a frente. A grande preocupação de todos nós agora, no que tange as garantias trabalhistas, é mais uma MP que já tramita no Congresso, que é a 905, que segundo analistas, se torna mais forte do que a própria Reforma Trabalhista no final de 2017. Esta MP é tão cruel que usurpa mais ainda os direitos trabalhistas, pois modifica 135 tópicos constitucionais, entre artigos, incisos e parágrafos. Dentre as mudanças, estão a

taxação previdenciária do seguro desemprego, alterações no que tange ao 13º e férias. É mais uma covardia que a equipe econômica deste governo realiza, juntamente com muitos políticos que se fazem valer da compra de votos para aprovar mais essas maldades para cima do trabalhador. Cabe a nós, Representantes Sindicais, Federações, Centrais Sindicais e Trabalhadores, coibir, através da resistência, mais esse ataque avassalador.

Outro ataque, desta feita, foi da direção da Empresa. Não satisfeitos com a derrota no TST, e descumprindo a Certidão Normativa emanada pelo Egrégio Tribunal, buscaram no Supremo Tribunal Federal todo o aporte para a sua sede de vingança contra o TST e os trabalhadores. Aparentemente, sem conhecimento de causa e numa decisão monocrática, o Ministro Toffoli acatou o pedido de liminar, suspendendo a Certidão Normativa nos pontos mais polêmicos. Só nos resta agora esperar que o pleno do Supremo julgue o mais rápido possível mais essa atrocidade e covardia que a direção da Empresa, com a cumplicidade do STF, nos impôs. E no mais, torcer para que nenhum pai ou mãe que dependiam do tratamento continuado venham a óbito por uma decisão desastrosa que envolve a empresa e a justiça. Que os paus mandados e os puxa-sacos da direção da Empresa façam uma reflexão do poderio das maldades que nos assolam, e sejam solidários à luta sindical e aos trabalhadores, que de uma forma corajosa também os defendem!

A Diretoria

Empresa recorre ao STF para derrubar a decisão do TST sobre a cláusula 28 do plano de saúde

Em recente decisão liminar do STF, concedida pelo Ministro Dias Toffoli, a pedido da empresa, foram suspensos dois pontos vitais que beneficiavam os trabalhadores na sentença normativa que foi julgada pelo TST, em dissídio coletivo de 2019. A liminar do STF alterou as regras do custeio do plano de saúde, que aumentou de 30% para 50%. Eram 70% e 30%, agora sendo 50% e 50%, além da redução da vigência do acordo e isenção de cirurgia.

Devidos aos prejuízos da decisão, representantes dos trabalhadores dos Correios foram até o senador, Paulo Rocha, e o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Correios, deputado Leonardo Monteiro, que organizaram uma audiência com o Ministro do STF.

A Fentec apresentou dados preocupantes devido ao número de pacientes idosos que estão correndo risco de morte pela suspensão do tratamento médico, além do impacto financeiro negativo aos trabalhadores, com gastos abusivos do plano, através do aumento das mensalidades e coparticipação. A maioria dos trabalhadores e aposentados sente dificuldades arcar com as despesas, pois temos o pior salário de estatal. A Fentec já ingressou com recurso que será julgado pelo STF.



G.L.O. danifica democracia



Embora a G.L.O. (Garantia da Lei e da Ordem) seja prevista no artigo 142 da C. F. de 1988, o Projeto de Lei do governo é algo que vai muito além, e é extremamente perigoso, merecendo toda atenção e cuidado. No dia 21/11, foi publicado no Diário Oficial da União, que traz o excludente de ilicitude em operações de garantia da lei e da ordem (G.L.O.). Segundo Bolsonaro, a medida “impedirá certos tipos de protesto” e, também, a possibilidade do seu uso em caso de reintegração de posse, chamado por ele de “G.L.O. DO CAMPO”. Tudo isso ao mesmo tempo em que Paulo Guedes declara que “não deveríamos assustar caso a figura do AI-5 voltasse a assombrar o Brasil”. O que na verdade esse projeto mostra é a formação de um verdadeiro tribunal de exceção com características opressoras e que vão perseguir grupos específicos, que sejam considerados opositores.

Projetos desse tipo são conhecidos historicamente como falhos, com perdas e danos irreparáveis a qualquer democracia. Foi assim no Nazismo e na Ditadura Militar, que tinham como “inimigos” os judeus e os comunistas. A autoproclamada presidenta da Bolívia, Jeanine Anez, promulgou lei semelhante em 17/11/19. E o que estamos assistindo é a perseguição e a matança do povo indígena boliviano. O que está em jogo não é o combate à criminalidade, mas o domínio social e popular; é um projeto que pretende ameaçar, coibir, exterminar os movimentos sociais, manifestações populares (matança de nove adolescentes em S.P.), movimento de trabalhadores e de trabalhadores sem-terra. Autoriza também o extermínio da população jovem, pobre e negra. É a volta ao obscurantismo.

Saúde: Mudança na reabilitação do INSS

Do programa de habilitação e reabilitação física e profissional, prevenção e redução de acidente de trabalho. Do artigo 19 ao 24, da MP 905, está o formato da nova reabilitação do INSS. O programa de habilitação e reabilitação física e profissional e redução de acidentes de trabalho será composto por três membros do Ministério da Economia, sendo dois da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho, um do Ministério da Cidadania, um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um do Ministério Público do Trabalho, um do Ordem dos Advogados do Brasil, um do Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência e dois da sociedade civil.

É muito importante o entendimento do novo programa de reabilitação, visto que os Correios têm um convênio com o INSS. Porém, não vemos nenhuma ação do INSS contra os Correios por adocem os trabalhadores. Vemos sem ações na justiça em defesa desses trabalhadores. O Ministério da Economia quer controlar tudo, já que não há acidente de trajeto, fora a não reabilitação. O cerco em cima do trabalhador está aumentando cada vez mais. Fiquem atento e leiam a MP 905, do artigo 19 ao 24.

31 anos de Sintect/JFA!

No último dia 21 de novembro, o Sintect/JFA completou 31 anos. São anos de muita luta em prol dos trabalhadores. Você, trabalhador e trabalhadora, já se imaginou sem o seu ticket alimentação, sem o seu anuênio ou sem o seu 70% de férias? Tudo isso foram

MP 905 é um ataque contra a CLT

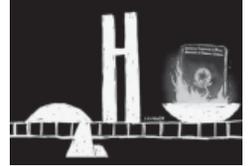
“A leitura da MP 905 cansa e entristece; é uma declaração de ódio a quem vive do trabalho.” (Carta Capital). É uma medida perversa, lesiva, que precariza ainda mais as relações de trabalho, causando um desequilíbrio maior ainda. Apelidado de PROGRAMA VERDE AMARELO, terá impacto nulo, pois não criará novos postos de trabalho, sendo somente a troca de trabalhadores antigos por novos, com salários que não poderão ultrapassar o valor de 1,5 salário mínimo e duração de no máximo 24 meses.

A ideia é baratear o custo das demissões. É um ataque frontal a CLT. São inseridos ou alterados dispositivos, mais 135, e revogados mais de 40. Pontuaremos um pouco o que será essa MP.

PRIVATIZAÇÃO DO SEGURO ACIDENTE PESSOAL E REDUÇÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: autoriza o empregador a contratar seguro privado de acidentes pessoais para o empregado, mediante acordo individual. Contrariando a CLT, em que é previsto que o acidente de trabalho, não pode ser objeto de acordo ou negociação coletiva. Reduz o valor da periculosidade de 30 para 5%.

PROGRAMA DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO FÍSICA E PROFISSIONAL, PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO: retira o Assistente Social, inviabiliza o trabalho dos Auditores Fiscais do Trabalho, impedindo-os de interditar atividades, estabelecimentos, setor de serviços, máquinas ou equipamentos, ou embargar obras. Fica a cargo do Ministério da Economia a certificação de EPLs.

AUTORIZA OS TRABALHOS EM DOMINGOS E FERIADOS com pagamento normal. REDUZ A MULTA DO FGTS de 40 para 20%, reduzindo de 8% para 2% o recolhimento com o único intuito de



baratear as demissões. Isenção das empresas de contribuições com o INSS (no modelo atual ela é tripartite, empregado, governo e patrões), contribuição com o sistema “S”. Não assegura o pagamento do SEGURO DESEMPREGO (depende da autorização do Ministério da Economia por meio de portaria) e, quando houver o recebimento, o trabalhador demitido terá de contribuir com o valor de 7.5% sobre o valor recebido para o INSS. Extingue a partir de 2020 a multa adicional de 10% sobre o saldo do FGTS.

Acaba com o ACIDENTE DE PERCURSO: do trabalhador que se acidentar no trajeto casa-trabalho, trabalho-casa.

Esses são apenas alguns pontos dessa MP. Como diria Karl Marx, é apenas um mecanismo tosco, é a mais-valia absoluta, que é aquela em que você reduz salário, aumenta a jornada, tira direitos e ganha lucratividade, não em cima de ganhos de produtividade ou inovação, mas em cima do lombo do trabalhador. É urgente que reajamos a tudo que foi exposto. Está claro que essa medida do governo retira a dignidade mínima da maioria da população. É uma medida que visa o beneficiamento de empresários e rentistas à custa da miserabilidade do trabalhador.

Você sabia?

Os erros do “trabalhador de direita”

por Reginaldo de Freitas, diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

O que leva um trabalhador e uma trabalhadora a eleger um candidato de direita? Não é com certeza convicção, mas falta de discussão política. Assim, todos (as) eleitores que não se dispõem a discutir, tendem a votarem de maneira equivocada. E neste equívoco permitem prejuízos sociais, trabalhistas, entre outros. Ser de direita ou de esquerda é uma decisão pessoal, mas seria muito interessante entendermos a quem serve um governo de direita e a quem serve um governo de esquerda, pois parece que isso não ficou claro, na última eleição.

É compreensivo vermos as galinhas ou porcos indo atrás de seu tratador na esperança de “algo”. Mas vemos trabalhadores e trabalhadoras aplaudindo, votando, defendendo governos que, com clareza e determinação, retiram nossos direitos e conquistas é repugnante.

Também nos faz pensar que esses defensores e eleitores de direita são analfabetos políticos e obtusos. Em todos os setores de trabalho encontramos trabalhadores e trabalhadoras de direita e de esquerda. Conforme pontua determinado advogado em rede social, o “banário de direita” teve um prejuízo grande com o mito eleito por ele; sua jornada de trabalho foi ampliada em duas horas sem compensação salarial, sem contar que, por isso, há a

redução de uma vaga de trabalho, ou seja, demissão à vista.

O “carteiro de direita” terá sua fonte pagadora privatizada; o que perde com isso? Estabilidade, uma série de direitos, tais como 70% de gratificação de férias, quinquênios, cesta básica e ticket alimentação nos valores atuais, auxílio creche ou auxílio baba, auxílios para dependentes especiais, entre outros. Não entendemos que essas perdas sejam poucas, mas já temos trabalhadores (as) sem expectativas, perdendo o sono e a esperança.

O “motoboy de direita” que já tinha parques direitos, entre eles o de não adocem, agora não poderá sofrer acidentes, pois não mais sacará os valores do DPVAT. E o “professor de direita”? Dispensa comentários. E o “ríco de direita”? Bem, esse NÃO terá a sua coleção de Ferraris e embarcações taxadas.

Não existe “TRABALHADOR DE DIREITA” existe apenas “TRABALHADOR MANIPULADO PELA DIREITA” ou, apenas, “TRABALHADOR”. A verdade é difícil de engolir: você não faz parte do clube e nem vai ser chamado pra festa. Você é apenas gado. E de corte.

conquistas do nosso Sindicato. Nenhum desses benefícios nos foram dados de bom grado, mas através de lutas históricas. Veja o exemplo dos 30% de adicional de risco, em que tivemos que fazer três greves em apenas um ano. Graças à mobilização do nosso sindicato, conseguimos esses 30% que ainda geraram reflexo no adicional dos atendentes, OTTs e atendentes da CCA.

Muitas lutas importantes foram travadas, como a luta

contra a queda do monopólio, em que diretores do nosso Sindicato tiveram que ficar meses em Brasília para fazer um trabalho nos gabinetes, e ainda agora seguem na luta contra a privatização da nossa empresa.

Lembrando que o Sindicato somos todos nós. Contamos com todos os trabalhadores da nossa base para sempre nos mantermos unidos.

Nas redes



Via Twitter @malvados

Saúde e você!

Seminário Regional da UNI Américas Postal e Logística, sobre privatização e sindicalização

por Geraldo França, diretor de Saúde do Sintect/JFA

O diretor Geraldo França, participou, representando o Sintect/JFA e suas bases, do Seminário Internacional, realizado na cidade de São Paulo, em 14 e 15 de novembro. O seminário foi composto por diversas delegações estrangeiras, entre elas, Canadá, Estados Unidos, Colômbia, Panamá, Argentina, El Salvador, Uruguai, Peru, e as federações Fentec e Findect. Diante das discussões, foi passada a experiência negativa de vários países que fizeram a privatização. Foi dita também a ameaça no mundo do neoliberalismo que é de onde vem a privatização do serviço público. Os governos de direita e extrema direita e conservadorismo, em conjunto com o fundamentalismo de religião e outros poderes, querem dominar a fonte econômica do mundo. A reforma trabalhista aconteceu em 150 países, e na América Latina foram 30 reformas. Na Argentina, não há uma lei que regulamenta os Correios. Quando aconteceu a privatização, foram demitidos 12.500 trabalhadores.

Na verdade, quem diminui a capacidade de negociação coletiva, estabelecer contratos diferentes e reduzir a capacidade dos sindicatos arrecadarem, enfraquecendo-os, porque sabem que é uma das defesas contra a privatização. Na Inglaterra, todos os anos, é necessária a renovação da sindicalização. No Peru, de seis em seis meses. Nas negociações, tem

que ter 50+1, senão a empresa não negocia. Na América Latina, temos que ir e convencer os trabalhadores contra a privatização, o mal do século. Podemos organizar várias estratégias, porque os governos de direita querem sempre massacrar os trabalhadores. O Chile foi laboratório da extrema direita durante 30 anos, com trabalhadores com baixa participação na mesa de decisão.

No Canadá, os Correios estão crescendo muito. O sindicato e a população colocaram pressão nos Correios, mudaram a abordagem ao trabalhador. De cinco milhões de clientes, quatro milhões são porta a porta, como nossa entrega, e estão lutando para retornar um milhão. Lá tem as terríveis caixas postais comunitárias, as mesmas as quais fomos contra aqui no Brasil.

O seminário mostrou a verdade das privatizações no setor público. Hoje nossa empresa já está com 99 mil trabalhadores, dos 128 mil que tivemos um dia. Não dependemos de nada do governo, temos como nos sustentar, somos considerados um dos melhores Correios do mundo. Não existe privatização sem demissão, por isso, estamos lutando com todas as forças contra essa decisão do governo. Trabalhadores e suas famílias, venham com as federações, associações, frentes parlamentares, contra a famigerada privatização. Só assim vamos conseguir vencer. Temos que trazer a população com a gente, porque será também muito prejudicada.

Notícias Sindicais

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

Rua Marechal Deodoro, 447/301 – Centro – Juiz de Fora/MG – 36013-001
E-mail: contato@sintectjfa.org.br
Tel: (32)3215-5318

Presidente: João Ricardo Guedes (Índio)
Jornalista Responsável: Munique Duarte
MTE: 08.612 - imprensa@sintectjfa.org.br
Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000